

Brasil fecha acordo para pagar US\$ 8,4 bi

O negociador da dívida externa brasileira, embaixador Jório Dauster, concluiu ontem, em Nova Iorque, um acordo para o pagamento de 8,4 bilhões de dólares dos juros atrasados da dívida externa de 60 bilhões de dólares com os bancos privados internacionais. Este ano o Brasil paga, em **cash** (dinheiro), dois bilhões de dólares. A novidade do acordo está na taxa de juros que vai incidir sobre os 6,4 bilhões de dólares que serão pagos em bônus com dez anos de prazo. Pela primeira vez na história um país consegue juros fixos ou atrelados a um "teto".

O acordo de princípios prevê o pagamento em dinheiro de 25 por cento dos juros atrasados, desde que não ultrapassem o limite de dois bilhões de dólares. Vinte e cinco por cento de 8,4 bilhões equivale a 2,1 bilhões de dólares, ou seja, o Brasil "cai" no pagamento de dois bilhões de dólares.

Dessa soma em dinheiro, o Brasil paga 45 por cento quando for concluído o **term sheet** (protocolo ou assinatura do "contrato"). Essa quantia envolve 900 milhões de dólares. Os outros 1,1 bilhão de dólares serão pagos em oito parcelas mensais, até dezembro, de 137,5 milhões de dólares, supondo que a assinatura do acordo aconteça ainda este mês.

Bônus — Seis bilhões e 400 milhões de dólares serão pagos através de bônus ao portador (uma espécie de nota promissória que será entregue aos bancos credores), com prazo de dez anos, sendo três anos de carência (ausência de pagamento). Uma cláusula do acordo vai prever que os bônus poderão ser utilizados no processo de privatização, ou seja, seu valor em dinheiro poderá ser transformado em ações de empresas que vierem a ser desestatizadas.

ARQUIVO



Maia: a solução para a dívida não comprometerá a estabilização

A amortização (abatimento) do pagamento dos bônus emitidos pelo Banco Central será crescente e obedecerá escala, que vai de um por cento no primeiro semestre a 12,3 por cento no décimo quinto. Quanto aos juros, os bancos credores privados poderão optar por uma taxa ou "teto".

Uma das opções prevê taxas fixas nos três primeiros anos de 7,8 por cento, 8,3 por cento e 8,7 por cento, respectivamente. Nos demais, a **libor** (taxa de juros inglesa) acrescida de juros de 0,8125 por cento. A outra opção prevê a utilização da **libor** de seis meses, mais 0,812 por cento, sujeitas aos limites: 7,7 por cento e seis por cento no primeiro ano; 7,7 por cento e seis por cento no segundo ano, e 8,2 por cento e seis por cento do terceiro ao quinto ano.

O ministro interino da Economia, João Maia, disse que para ser formalizado, o acordo deverá ser aprovado pelo Senado Federal. Até o final do ano, ele espera que seja fechado o acordo sobre a dívida total, estimada em 121

bilhões de dólares, dos quais 90 por cento de dívida pública.

O ministro interino enfatizou que o Governo brasileiro considera muito positivos os resultados alcançados, na medida em que atendem as necessidades cambiais e fiscais do País. Ele explicou que, em primeiro lugar, os desembolsos parcelados em dinheiro estão adequados aos níveis das reservas internacionais. Acrescentou que, graças ao período de carência e aos baixos percentuais de amortização do principal nos primeiros anos, o fluxo futuro de pagamento dos bônus se mostra compatível com as severas restrições fiscais dessa fase crítica de recuperação da economia nacional.

João Maia disse ainda que o acordo trouxe avanços sem precedentes, com respeito ao estabelecimento de taxas fixas e de limites à variação dos juros no período inicial, o que reduz a vulnerabilidade do País a flutuações significativas nos mercados financeiros internacionais.